

**LA CREACIÓN DE NUEVAS DINÁMICAS TERRITORIALES  
EN MEDIO DE NUEVAS RURALIDADES Y URBANIDADES  
EM LAGOA DA MATA - TERESINA, PIAUÍ - BRASIL \*<sup>1</sup>****THE CREATION OF NEW TERRITORIAL DYNAMICS  
AMID NEW RURALITIES AND URBANITIES  
IN LAGOA DA MATA - TERESINA, PIAUÍ – BRASIL****Lísian Priscilla Oliveira Sousa Nascimento<sup>2</sup>**

lisianpriscilla@hotmail.com

Universidade Federal Rural do Piauí (UFPI)

Teresina, Brasil

**RESUMEN**

El apoyo a la interpretación de los cambios en la forma de conceptualizar lo rural se puede ver en la erosión del paradigma agrario que apoyó puntos de vista sobre las zonas rurales a través de los siglos pasados y que aún prevalece: la intensificación de un proceso heterogéneo de racionalización de la vida rural. En lugar de terminar, como predicar la extensa tesis urbanización, rural integrado a la dinámica de los procesos, incluso a través de las políticas de desarrollo, a través de los diferentes mercados, la creación de instituciones que regulan las formas de uso social de estos espacios, y intereses sociales originarias ámbitos espaciales y poder. En este artículo, yo apoyo estas ideas, teniendo en cuenta el largo proceso de evolución de las relaciones urbano-rurales, con el fin de pensar en resignificaciones rurales más allá del sesgo eminentemente económica y, en este sentido, la exposición de los sentidos ruralidades y urbanidades en medio de nuevas territorialidades en Lagoa da Mata - Teresina, Piauí. Por lo tanto, existe la suposición de una dinámica de voz que traduce la introducción de nuevas características y reelaboración simbólica, ya que es la propia cultura, este, siempre en proceso de revalorización.

**Palabras Clave:** território, territorialidade, ruralidade, urbanidade, nova ruralidade.

**ABSTRACT**

The support of the interpretation of changes in the way rural conceptualize can be seen in the erosion of the agrarian paradigm that supported prevailing views on rural over the past centuries; the intensification of a heterogeneous process of rationalization of rural life. Instead of ending, as preach the extensive urbanization thesis, rural integrated to the dynamics of processes, including via development policies, through the different markets, the creation of institutions that regulate the forms of social use of these spaces, and social interests originating spatial spheres and power. In this article, I support these ideas, considering the long process of evolution of

---

\* Artículo recibido el 21 de octubre de 2014, aceptado el 29 de diciembre de 2014.

<sup>1</sup> Artigo resultado do Projeto de Pesquisa "Sentidos de lugar na relação rural-urbano - o caso de Lagoa da Mata, Teresina – PI" desenvolvido junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí-UFPI, em nível de Mestrado.

<sup>2</sup> Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia pela UFPI. E-mail: lisianpriscilla@hotmail.com.

rural-urban relations, in order to think of rural resignifications beyond the eminently economic bias and, in this direction, exposing senses ruralities and urbanities amid new territorialities in Lagoa da Mata - Teresina, Piauí. Therefore, there is the assumption of a speech dynamics that translates the introduction of new features and symbolic reworking, as is own culture, this, always in revaluation process.

**Keywords:** territory, territoriality, rurality, urbanity, new rurality.

## Introdução

Os pressupostos de diferenciação dos espaços rurais e urbanos, no caso brasileiro, devem-se a critérios arbitrários de traçado do perímetro urbano, em consequência de um modelo de urbanização, já que a implementação de uma infraestrutura, muitas vezes precária, transforma populações rurais em urbanas, desprezando questões sociais e espacialmente construídas. Tal diferenciação deve-se ao fato de que, inicialmente todo o arcabouço político, econômico e social brasileiro estava centrado nas zonas rurais, no vigor da produção agrícola dos grandes latifúndios. As primeiras cidades e vilas eram espaços dependentes, sua função primeira era oferecer serviços urbanos a população rural. E assim se constituiu a definição do espaço urbano brasileiro, não ligado à densidade demográfica ou espacial, e sim a condições socioeconômicas para oferecimento de oportunidades de trabalho e acesso a bens e serviços.<sup>3</sup>

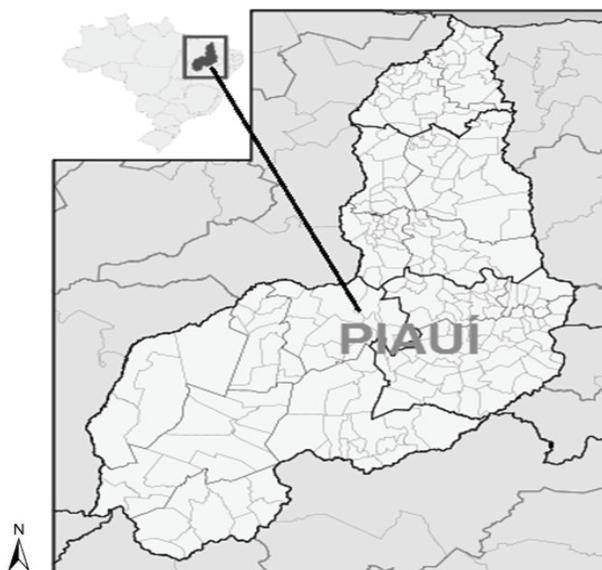
Um segundo aspecto de caracterização do processo de urbanização brasileira pode ser explícito nas funções administrativas atribuídas às regiões que possuem determinados equipamentos conceituados como urbanos. O Decreto-Lei nº 311, de 2 de março de 1938, constituiu imposições no estabelecimento de área urbana, como: calçamento, serviço público de abastecimento elétrico e de água, escolas, etc.. Em decorrência do decreto houve, e ainda há, o estímulo para que áreas que possuem algum dos desses equipamentos passem a condição de urbana. Por esta via há o claro estímulo e legitimidade para a criação de zonas urbanas em que impostos possam ser coletados, em arrecadação municipal, na zona urbana, e federal, na zona rural. Este princípio de autonomia municipal, aliado ao respaldo jurídico de tributação em “áreas de expansão urbana” torna difícil definir objetivamente características que diferem o espaço rural do urbano. Essas regiões de expansão não precisam comprovar capacidade de exercer funções urbanas e sim a existência de características que lhe afirma a condição de zona não rural.<sup>4</sup>

Pela infraestrutura urbana, decorrente das idiossincrasias de urbanização, em muito dos municípios brasileiros, somos levados a concordar com outros autores que o Brasil é menos urbano do que imaginamos. No caso do estado do Piauí, que apresenta densidade demográfica de 12,49 hab./km, o processo de ambiguidade urbana torna-se mais gritante quando refletimos à luz dos parâmetros como: o da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico-OCDE, que considera urbanas, áreas territoriais com 150 hab./km<sup>2</sup>; e do Programa Territórios da Cidadania - PTC, criado em 2008, e coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, que define como territórios rurais, municípios com população de até 50.000 habitantes e com densidade demográfica abaixo de 80 habitantes por km<sup>2</sup>. E, se, observamos com afinco o critério do OCDE, 85% dos municípios piauiense estão na categoria de rurais, já pelo critério do MDA brasileiro 96% dos municípios piauiense podem ser

<sup>3</sup> Wanderley, Maria de Nazaré Baudel, “O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade”, in: *Estudos Rurais* – sociedade e agricultura, Rio de Janeiro, 2009, 67.

<sup>4</sup> Wanderley, *op. cit.*, 67.

caracterizados como rurais, com densidade demográfica fora dos padrões caracterizados como urbanos, em uma base territorial distribuída em um total de 224 municípios<sup>5</sup> (ver mapa n.º 1).



**Figura 1. Mapa do Brasil com destaque para o Estado do Piauí com delineamento dos municípios.**

Fonte: <<http://www.google.com.br/search?q=mapa+do+piaui+destacado+do+brasil&rlz=1C1AVNA>> Elaboração própria.

Neste contexto, a produção acadêmica piauiense, em especial, da Universidade Federal do Piauí – UFPI, com seus vários programas de pós-graduação, e outros organismos de pesquisa, sobretudo no período de uma década e meia, tem-se debruçado sobre realidades e ruralidades piauienses. Foge aos limites deste artigo tratar da amplitude destas situações que apontam para novas frentes socioeconômicas, culturais e políticas no Piauí, e do leque de estudos a respeito. De todo modo, vale lembrar que se destacam abordagens sobre a abertura – tardia, se comparada a outras regiões do Brasil – para a agricultura industrial, com a inflexão discursiva que passa do referido destino pastoril para uma “vocalização agrícola<sup>6</sup>”, instituindo novas racionalidades e ruralidades econômicas, sociais e ambientais<sup>7</sup>.

<sup>5</sup> A área total é de cerca de 251.577,738 km<sup>2</sup>, com uma população de 3.140,213 habitantes. O crescimento demográfico é de 0,9% ao ano e a taxa de urbanização, em desaceleração, na casa dos 2,87%.

<sup>6</sup> Maria Dione Carvalho de Moraes, *Memórias de um sertão desencantado: modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos cerrados do Sudoentes piauiense*, 475 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – UNICAMP, Campinas, 2000, 239.

<sup>7</sup> O Brasil é um dos principais fornecedores de produtos agropecuários para o mundo. De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o agronegócio corresponde hoje a 22% do PIB brasileiro, o que equivale a uma estimativa de R\$ 918 bilhões. Em 1991, a área produtiva brasileira era de 38 milhões de hectares e produzimos 58 milhões de toneladas de grãos. Já em 2013, temos uma área produtiva de 53 milhões de hectares, e uma produção de 184,3 milhões de toneladas de grãos. Isso significa um crescimento foi de 21,8% no período.

## A zona rural de Teresina – contribuições e perspectivas

A construção histórica e espacial da cidade de Teresina, capital do Piauí, desde os idos de 1852, não fugiu à regra das contradições materiais e simbólicas dos usos do espaço urbano brasileiros. Assim como em outras cidades do Estado, Teresina tem como ponto inicial as aglomerações urbanas consequentes das atividades econômicas e sociais desenvolvidas ao longo dos Rios Poti<sup>8</sup> e Parnaíba.<sup>9</sup>

Segundo Abreu e Lima,<sup>10</sup> os prédios públicos da nova capital da província – Teresina - começaram a ser construídos a partir de orientações do urbanismo colonial. Por isso, Teresina é uma cidade inicialmente planejada<sup>11</sup>, devido à escolha criteriosa da localização para a construção de praças e edifícios públicos, que servia como característica intrínseca à estruturação urbana do território. O marco inicial – o marco zero – de Teresina é a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Amparo, centro de uma quadrilátera central em traçados ortogonais com a Praça da Bandeira, formando ângulos retos análogos a um tabuleiro de xadrez (fig. 1). Como se vê, na retícula de Teresina, do ponto cardeal norte ao ponto cardeal sul, a cidade possui 18 quadras e 3 km. Do ponto cardeal leste para oeste, com 12 quadras, os limites da cidade eram os rios Poti e Parnaíba.<sup>12</sup> Segundo a Prefeitura Municipal de Teresina, à época, a cidade tinha uma área de 43 km<sup>2</sup> de habitação. No entanto, segundo Abreu e Lima<sup>13</sup>, não havia hierarquia entre as ruas, a maioria delas fortemente ligada à pujança comercial dos dois rios.

---

<sup>8</sup> O rio Poti nasce na Serra da Joaninha, no Estado do Ceará, a 600 metros de altitude. Poti é uma sub-bacia do rio Parnaíba, já em território piauiense, possuindo área aproximada de 55.300 Km<sup>2</sup> e extensão estimada de 550 km.

<sup>9</sup> O Parnaíba é rio perene. Seu nome é oriundo da língua tupi e significa "mar ruim", através da junção dos termos *paraná* ("mar") e *aib* ("ruim"). É, também, conhecido no Piauí como "Velho Monge". Da nascente Chapada das Mangabeiras à foz, possui uma extensão de 1.484 Km e banha os Estados do Piauí e do Maranhão, fazendo a divisa/conexão entre ambos. Sua bacia hidrográfica apresenta área de aproximadamente 342.988 km<sup>2</sup>.

<sup>10</sup> Abreu, Irlane Gonçalves de; Lima, Iracilde Maria de Moura Fé. Igreja do Amparo: o marco zero de Teresina. *Cadernos de Teresina*. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, outubro de 2000, n.º 32, 20-25.

<sup>11</sup> Outros exemplos de cidades brasileiras planejadas: Aracaju - SE, em 1855; Belo Horizonte - MG, em 1894; Goiânia - GO, em 1933; Brasília - DF, em 1960; Palmas - TO em 1989. Ainda, convém ressaltar que os núcleos fundacionais das cidades de Salvador - BA, em 1549, São Luís - MA, em 1612, e Recife - PE, também foram projetados. Porém, os traçados de Salvador e Recife tinham uma malha reticulada flexível e tais cidades não foram projetadas para substituir outras capitais existentes.

<sup>12</sup> F. J. Vianna, F. J., *Populações meridionais do Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1973.

<sup>13</sup> Abreu, *op. cit.*, 20-25.



**Figura 2. Retícula de Teresina em sua formação angular planejada das primeiras vias de mobilidade urbana.** Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Teresina.

Contudo, planejamento da cidade de Teresina privilegiou estrutura habitacional para parcela de habitantes que possuíam poder econômico para construir habitações próximas aos prédios públicos no centro da capital, iniciando um processo de exclusão de habitantes mais distantes, já socialmente classificados como periféricos. Exemplo deste processo de exclusão pode ser visto no Código de Postura de 1867, em cujo Artigo 42 impõe: “não se permite edificações ou reedificações de casas de palha [pau-a-pique] dentro dos limites da décima quadra urbana.”<sup>14</sup>. Assim, o Poder Público podia afastar a residência da população pobre do centro da cidade.

Na virada para o século XX, o município passou a crescer de forma lenta nos entornos do núcleo de urbanização inicial – o marco da Igreja do Amparo. Para Nascimento (2000), Teresina não possui características pelas quais se possa defini-la como moderna ou urbana. No seu entendimento, a cidade era pouco habitada, não havia rede de esgoto, transporte público, abastecimento de água, enfim, não havia qualidade nos serviços urbanos. Esse contexto municipal de uma capital reflete a marca rural, sobretudo no Nordeste, na construção nacional: o Brasil possuía 84% da sua população residindo na zona rural e contava apenas com 74 cidades com mais de vinte mil habitantes, o que correspondia a 17% da população total. A região Sudeste concentrava 58% das maiores das cidades do país.

Os anos de 1950 foram um divisor de águas – grosso modo – para o município. Essa divisão tem completo relacionamento com a Política Nacional de Desenvolvimento, conhecida como “50 anos em 5” do presidente Juscelino Kubitschek, ressaltando as ações do Governo do Estado do Piauí dentro da capital, com investimentos e infraestrutura e, principalmente, como empregador de técnicos e outros funcionários na cidade. As principais obras voltavam-se para a melhoria de abastecimento básico (água e eletrificação) e melhorias nos índices escolares e habitacionais do município. A expansão ainda teve outro importante signo material, a construção da “Ponte de Noivos” – hoje conhecida como a Ponte da Avenida Frei Serafim – influenciando a ampliação urbana para além do rio Poti, fazendo surgir os bairros de Fátima, Jóquei e São Cristóvão.<sup>15</sup>

<sup>14</sup> Monsenhor Chaves. *Obra completa*. Teresina: Fundação Cultural Mons. Chaves, 1998, p. 137.

<sup>15</sup> F. J. Vianna, F. J., *Populações meridionais do Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1973.

A Política Municipal Habitacional foi a principal impulsionadora da urbanização em Teresina e da expansão do núcleo urbano inicial. Para atingir as metas, o município criou instituições, convencionou-se com instituições e órgãos federais e, principalmente, impulsionou a elite teresinense para a lucratividade com a construção civil. Até então, nos anos 1960, todas as obras eram realizadas por empresas de outros Estados. Com a impulsão das construções nos anos de 1980, várias famílias com alto poder aquisitivo investiram na construção civil, tomando frente na lucrativa verticalização da cidade na zona territorial leste que viria a se concretizar nos anos 2000.

Hoje, Teresina, é a capital brasileira com maior espaço geográfico rural. Possui uma área total de 1.809 km<sup>2</sup> sendo 228,32 km<sup>2</sup> de área urbana (12,38% da área total) e 1.580 km<sup>2</sup> de área rural (87,38% da área total). Nos anos de 1980, a população rural era de 38.732, de lá para cá a população rural cresceu para 46.673 habitantes, cerca de 5,73% da população total (IBGE, 2010). A população urbana entre 1950 e 1980, em Teresina, apresentou taxa de crescimento populacional superior a 5% ao ano. Hoje, a taxa de crescimento populacional está estabilizada, se relacionada aos números das décadas anteriores; a população da cidade é de 822.363 habitantes, sendo assim, a maior cidade do Piauí e a 19ª maior cidade do Brasil. (IBGE, 2010<sup>16</sup>).

Atualmente, a população teresinense encontra-se alojada em uma área de 1.755,7 km<sup>2</sup>, o que lhes confere uma densidade demográfica de 444,2 hab./km<sup>2</sup> em 115 bairros (perímetro urbano) e cerca de 100 localidades rurais (zona rural). Existe uma incongruência de ordem material na observação da zona rural teresinense. Apesar de ser a capital brasileira com uma área rural ainda muito superior à urbana<sup>17</sup>, sua população é de apenas 5,73% dos habitantes do município. Tal incongruência não simplifica a observação e análise da zona rural, pois a cidade, em fase de crescimento acelerado e desordenado, faz remarcações constantes em seu perímetro urbano, em consonância com a Lei de Uso e Ocupação do Solo no Município de Teresina, regulamentada em Lei Complementar nº 3.560, de 20 de outubro de 2006.

<sup>16</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. "Censo Demográfico 2010: Sinopse". Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/temas.php?codmun=220260&idtema=1&search=piauilcastelo-do-piaui|censo-demografico-2010:-sinopse->. Visita em 2012.

<sup>17</sup> Área total de 1.809 km<sup>2</sup> sendo 228,32 km<sup>2</sup> de área urbana, 12,38% da área total e 1.580 km<sup>2</sup> de área rural, 87,38% da área total (IBGE, 2010).

**Tabela 1**  
**Progressão da população rural e urbano de Teresina entre 1940 e 2007**

POPULAÇÃO URBANA E RURAL DE TERESINA - PERÍODO: 1940/2007					
ANOS	URBANO	%	RURAL	%	TOTAL
1940	34.695	51,29	32.946	48,71	67.641
1950	51.417	56,67	39.306	43,33	90.723
1960	98.329	68,91	44.362	31,09	142.691
1970	181.062	82,12	39.425	17,88	220.487
1980	339.042	89,75	38.732	10,25	377.774
1991	556.911	92,93	42.361	7,07	599.272
2000	613.767	93,64	41.706	6,36	655.473
2006	677.470	94,7	37.890	5,3	715.360
2007	735.164	94,26	44.775	5,74	779.939
2010	814.439	94,27	46.673	5,73	822.363

Fonte: IBGE (2010). Elaboração própria.

Para constituir o que vem a ser perímetro urbano, o município de Teresina dispõe da Lei nº 3.559, de 20 de outubro de 2006, que determina:

Art. 3º A área do município fica dividida em zona urbana e rural pela linha de perímetro urbano.

§ 1º A zona urbana contém a área urbanizada e a área de expansão urbana.

§ 2º Área urbanizada é aquela que dispõe de, pelo menos, três dos benefícios previstos nos incisos seguintes, construídos e mantidos pelo Poder Público:

I - pavimentação da via;

II - abastecimento de água;

III - rede de esgotos sanitários;

IV - rede de energia elétrica, para distribuição domiciliar;

V - escola primária a uma distância máxima de 800 m (oitocentos metros) do imóvel considerado; e

VI - coleta de lixo domiciliar.

§ 3º A área de expansão urbana é aquela reservada para o crescimento da Cidade

Conforme a Lei de definição do perímetro urbano municipal existe um princípio de autonomia. Tal princípio respalda, juridicamente, a tributação em áreas de expansão urbana. Essas áreas são caracterizadas pela Lei nº 5172, de 25 de outubro de 1996, artigos 33, parágrafo 2º, a qual afirma que a tributação pode estar prevista em "lei municipal [que] pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados..." [grifos meus].

Tais dispositivos não favorecem as definições objetivas das características de espaços rurais e urbanos teresinenses. Essas regiões de expansão não precisam comprovar capacidade de exercer funções urbanas, e sim, como lembra Wanderley (2009), quando analisa definições de rural no Brasil, a existência de características tidas como definidoras de zona urbana em

expansão: pavimentação das vias de acesso, abastecimento de água, rede de esgotos sanitários, rede de energia elétrica para distribuição domiciliar, escola primária a uma distância máxima de 800m (oitocentos metros) do imóvel considerado, e coleta de lixo domiciliar.

Por seu turno, os espaços definidos como zonas rurais no município de Teresina, o são, como de resto ocorre em praticamente todo o Brasil, a partir da sua definição como não-urbanos, o que dá a essas áreas a conceituação de “franjas rurais-urbanas”, como diz Zerbi,<sup>18</sup> classificadas como regiões no entorno da cidade com a mistura das particularidades de rural e urbano. Quanto à infraestrutura, esta limita-se, no caso, à presença de alguns serviços como escolas de primeiro grau, postos de saúde, telefonia, energia elétrica, linhas de ônibus que, no caso em estudo, torna-se indispensável para viabilizar acesso ao trabalho e a escolas de Ensino Médio, na cidade de Teresina.

Estas particularidades da zona rural de Teresina despertam, mais intensivamente, para a necessidade de pesquisar como se dá a relação campo-cidade, sobretudo no âmbito de processos ocorridos, nas últimas décadas, de modificações significativas do espaço rural e na própria concepção do mesmo. Sobretudo pelo fato de o espaço rural ser, cada vez mais, pensado como uma categoria complexa, não mais interpretada de forma unilateral pela atividade agrária, e sim na perspectiva de trocas materiais e imateriais, nas negociações no processo de construção de novas identidades e diversidades em meio às disputas matéricas e simbólicas, no que convencionam chamar de pós-modernidade.

Em que pese este panorama, o tema das ruralidades e da relação campo-cidade em Teresina, ainda carece de estudos e pesquisas. As constituições legislativas e práticas em áreas de expansão das urbanidades tornam a definição de rural e urbano em Teresina ambígua, acentuando a caracterização de rural, como lembra Moraes,<sup>19</sup> como homogêneo e subdesenvolvido, atrasado, rústico, rude ou simplesmente agrário. A compreensão desses espaços e suas significações fazem-se necessárias, tendo em vista as mudanças observadas nos padrões de ruralidades, sobretudo nas regiões que podem ser vistas como rurais - urbanas, demarcadas, no caso, pela mobilidade rural – urbana cotidiana.

Nesta zona rural teresinense, a leste do município, situa-se a localidade Lagoa da Mata, lócus empírico do projeto de pesquisa que deu origem a este artigo. No conjunto de localidades formado por Lagoa da Mata e adjacências, observam-se elementos de uma “extensão exagerada da zona urbana”<sup>20</sup>, previstos na Lei nº 3. 559, de 20 de outubro de 2006: acesso rodoviário com pavimentação asfáltica, rede elétrica com distribuição domiciliar. Outros signos urbanos dispostos nas localidades e que não estão previstos na Lei são: lavandeira pública desativada, linhas de transportes coletivos, rede de telefonia fixa residencial, serviço de coleta de lixo domiciliar, rede de telefonia pública. Nota-se certa quantidade de estabelecimentos comerciais (bares, padarias, pequenos pontos de venda de artigos alimentícios) apontando para uma crescente disposição para a atividade comercial entre moradores/as, embora o local de

---

<sup>18</sup> A citação de Zerbi é feita utilizando *apud* Rocha, pelo fato de que não encontrei tradução em português da obra: *Geografia Delle Aree Periurbane: Il Pavese*, de Maria C. Zerbi. Veja: Fernando Goulart Rocha e Clécio Azevedo da Silva, *Vieses analíticos no estudo das relações rurais – urbanas*, Rio Grande do Sul, 2009.

<sup>19</sup> Moraes, M. D. C.; Vilela, Sergio. Luis. O. Multifuncionalidade e agricultura camponesa nos cerrados piauienses: desafios para a sustentabilidade. In: Maria José Carneiro; Renato S. Maluf, (org.). Para além da produção. Multifuncionalidade e agricultura familiar. 1ed. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003, 102-122.

<sup>20</sup> Maria de Nazaré Baudel Wanderley, O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. In: Estudos Rurais – sociedade e agricultura. Rio de Janeiro, 2009, p. 67.

realização de compras seja, de fato, Teresina, onde os preços são tidos como melhores pelos/as consumidores/as.

Em Lagoa da Mata, vivem cerca de 210 famílias, sendo 60 do Assentamento Eldorado dos Carajás<sup>21</sup>. Percebemos, assim, que os territórios rurais e urbanos são historicamente construídos a partir de relações de poder que envolvem sociedade e espaço. No que tange às relações rurais/urbanas, são muitos os desafios ao pensamento teórico político contemporâneo, tendo em vista que rural e urbano ainda são, em larga medida, representados, inclusive, pela gestão pública, por um lado, como possuindo funções diferenciadas, por outro, apresentando continuidades, em geral, em uma relação hierárquica, na qual a cidade vem em primeiro plano. Nesta direção, não é incomum que o espaço urbano seja visto como tendo a função de oferecer melhores condições (de vida, de trabalho e de serviços) e o rural, como tendo função agrícola, de moradia ou como lugar da “falta”<sup>22</sup>, quase naturalizada, de serviços básicos.

Deste modo, o rural teresinense interpela a estudos e pesquisas com olhares diversos, que se voltem a novas temáticas e abordagens, dentre outras: definição do espaço rural não exclusivamente pela atividade agrícola;<sup>23</sup> movimentos de reorientação da capacidade produtiva de habitantes do campo, tratados pela ideia da pluriatividade;<sup>24</sup> novas formas de organização da atividade agrícola (alternativa a não deixar o campo, emprego urbano, e ao padrão de desenvolvimento agrícola dominante) constituído pelo perímetro urbano em expansão;<sup>25</sup> políticas públicas de desenvolvimento rural; políticas de desenvolvimento territorial que contemplem políticas de cultura, como discutido por alguns autores.

Assim, os sentidos e usos da cidade e do campo não são estáticos e devem ser vistos pela ótica das trocas culturais, da introdução de novas categorias de pensamento, linguagem, símbolos, etc, em reelaboração. O entendimento é que a cultura e/ou símbolos encontram-se, sempre, em processo social de ressignificação.<sup>26</sup> Isto pode ser visto, por exemplo, no esgotamento do modelo modernizador urbano, o que possibilita um olhar crítico sobre a imagem hegemônica criada a partir do urbano sobre o rural. Tal representação sempre delimitou rural como espaço de tradicionalismo cultural, como apático/lento frente à diversidade e às dinâmicas sociais e políticas, ignorando que seus atores sociais encontram-se em interpelação constante ante os novos rumos de viver e pensar o/no rural, e sua relação com o urbano.

<sup>21</sup> O acampamento foi denominado pelos ocupantes como Eldorado dos Carajás, em alusão às atividades do Abril Vermelho, em homenagem ao massacre de dezenove trabalhadores sem-terra, em Eldorado do Carajás, no Estado do Pará, em 1996.

<sup>22</sup> Maria José Carneiro (coord.). Do “rural” como categoria de pensamento e como categoria analítica. In: Ruralidade contemporânea. Modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. *Relatório Final de projeto “Pluralidade e Ruralidades: identidade sociais em construção*. Rio de Janeiro, setembro de 2002, pp. 5-23.

<sup>23</sup> J. G. Silva, *O Novo Rural Brasileiro*. Campinas, São Paulo: Unicamp/I.E. Coleção Pesquisas, 1999; Maria José Carneiro (coord), Do “rural” como categoria de pensamento e como categoria analítica. In: *Relatório Final de projeto “Pluralidade e Ruralidades: identidades sociais em construção”*, Rio de Janeiro, setembro de 2002, 5-23; Sergio Luis Oliveira Vilela, O meio rural piauiense na virada do século: novos processos, novos atores e novas oportunidades. In: Campanhola, C. y Silva, J. G. (org.), *O novo rural brasileiro. Uma análise estadual – Nordeste*, Vol. 2, Jaguariúna, Embrapa meio Ambiente, 2000b, 45-69.

<sup>24</sup> Maria José Carneiro, “Sociabilidade e Modernização em uma aldeia dos Alpes”, *Comunicações em Antropologia Social*, PPGAS-MN/UFRJ, n.º 6, 1996b, 97-151; y, Sergio Schneider, Agricultura Familiar e Industrialização, in *Pluriatividade e Descentralização Industrial no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1999.

<sup>25</sup> Maria José Carneiro y R. S. Maluf, (orgs.), *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*, Rio de Janeiro, Mauad, 2003.

<sup>26</sup> Mashall Sahlins, “O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um objeto em vias de extinção. Parte I”, *Mana*, Vol. 3, n.º 1, 1997, 73-74.

## Lagoa da Mata: uma localidade rural em ressignificação

Do ponto de vista dos moradores/as mais antigos da localidade Lagoa da Mata<sup>27</sup>, as terras que a compõem “eram só mata virgem” e a escolha do lugar se deu pela tranquilidade, pela beleza das serras que o compõe e pela qualidade da terra. Antigamente não havia tanta ocupação na localidade as famílias podiam plantar “mais a vontade”<sup>28</sup>. Outro ponto, pouco falado, e a inicial vinda de muitas dessas famílias como empregadas de sítios e terras na região, que através do trabalho e a ação de poupar dinheiro puderam adquirir imóveis com metragens menores.

De certo, a compra de imóveis em Lagoa da Mata se deu na informalidade. Isso porque de acordo com a legislação que regulamenta o parcelamento do solo rural, Instrução Normativa 17-b INCRA, o módulo mínimo transferível em Cartório é de 2.00.00 hectares. Podemos identificar que os grupos familiares instalados na localidade ocupam pequenas parcelas de terra que não chegam a se quer  $\frac{1}{2}$  hectare, que corresponde a cinco mil metros quadrados, o que aos olhos da Lei necessitaria de uma intervenção do ente público como a Prefeitura Municipal de Teresina – PMT para uma possível legalização dos imóveis de acordo com o interesse social, cuja previsão legal existe dentro o rol de normas jurídicas brasileiras.

Dada o pouco conhecimento por parte dos moradores/as da localidade Lagoa da Mata quanto às normas que regulamentam o acesso na base imobiliária de cada parcela de imóvel ocupada pelos mesmos, à informalidade e a irregularidade das moradias instaladas, adquiridas ao longo dos anos, foram ultrapassadas com a intervenção do âmbito coletivo pelo ingresso dos moradores/as em programas habitacionais, como por exemplo, o programa regulamentado pelo Governo Federal Semeando Moradia, implantado em meados de 2008.

Diante de um estudo de localidade rural que, pelo senso comum, é um estudo de camponeses e de campesinato, foi necessário caracterizar os moradores/as de Lagoa da Mata. Camponês para autores como Shanin, Vicent, Almeida e Morais é uma teorização para significar populações agrárias. Para falar de camponeses é preciso observar “os conjuntos de praticas, permeados pelo universo simbólico, categorias e regras mediante as quais esses sujeitos sociais pensam e vivem suas existências”<sup>29</sup>. Para Pierre Bourdieu, fica a cargo dos estudiosos (re) construir a historia de seus objetos de pesquisa, observando o “*opous operadum*” e, sim, o “*modus operandi*” dos moradores/as de Lagoa da Mata, e, principalmente, os significados e simbologias por eles atribuídos.

Em Lagoa da Mata, existem 150 famílias participando do rateio de abastecimento de água<sup>30</sup>. Para a associação de moradores o significante “famílias” corresponde a casas, domicílios que recebem água encanada. Exemplificando, caso haja três casas – domicílios – em um mesmo lote de terra cercado, as três casas irão participar do rateio da conta energética pelo abastecimento aquífero<sup>31</sup>. Esta formação exemplifica o que Morais<sup>32</sup> afirmou quando disse que os símbolos e categorias variam de acordo com o pensamento e vivências dos sujeitos sociais.

Outro significante que caracteriza os moradores/as de Lagoa da Mata é o significante “eu moro aqui há muito tempo”. A composição original, dos moradores/as mais velhos de Lagoa da Mata,

<sup>27</sup> Como Sr. Dionísio que já reside em Lagoa da Mata há mais de 30 anos.

<sup>28</sup> Entrevista realizada por Lísian Priscilla Oliveira Sousa Nascimento, em 06 de setembro de 2013.

<sup>29</sup> Moraes, *op. cit.*, 3.

<sup>30</sup> Será caracterizado mais adiante.

<sup>31</sup> Segundo D. Marinalva o número de casas irá aumentar, serão construídas mais cinquenta casas na localidade com recursos provenientes de programas sociais do Governo Federal.

<sup>32</sup> Moraes, *op. cit.*

possui, notadamente, origem em outras localidades rurais de entorno na região, bem como da zona rural do município de vizinho de José de Freitas. Como já citei a cima, a povoação da localidade é relativamente nova – 35 anos – e os primeiros moradores/as chegaram a partir do trabalho em propriedades rurais e a venda de terras com metragem menores para fins de moradia. Outra fonte geográfica habitacional dos moradores/as da localidade, são os antigos habitantes das zonas periféricas urbanas de Teresina, provenientes de das vilas e favelas da zona leste da cidade que migraram para as zonas rurais para conseguirem obter local para moradia ou participar da ocupação de terra existente na localidade.

Desta maneira, concordo com Morais,<sup>33</sup> em sua discussão de Eric Wolf, em afirmar que comunidades rurais não são formadas apenas por camponeses, e que esta composição populacional esta distante de ser homogênea, mostrando condutas simbólicas e materiais diferenciados para os contextos políticos, econômicos e midiáticos em que são atores. Portanto, as categorias que compõem a população em Lagoa da Mata são: moradores/as, empregados dos sítios – “o morador” os comerciantes. Como moradores/as caracterizo a população de camponeses com produção para fins de autoconsumo e trabalhadores rurais – urbanos, juventudes, velhos e crianças que possuem moradia nos lotes da comunidade. Os moradores/as, levando em consideração as informações da associação, estão divididos em 150 casas, mais as 64 moradias instaladas no Assentamento Eldorado dos Carajás.

Entre os moradores/as há outras duas categorias de composição populacional, “o morador” e o comerciante. A primeira, “o morador”, é composta pelos empregados/as assalariados das vinte propriedades neo-rurais da localidade. Geralmente, esses empregados/as são de outras localidades rurais e, até, de cidades distantes do sul do Piauí. A prática de trazer empregados distantes consistem em uma estratégia dos neo-rurais<sup>34</sup> para adaptarem melhor seus empregados a trabalho que considera correto, segundo os comentários, ressaltando minhas vivências na zona rural, empregados/as com parentes próximos não trabalham a coteno e levam seus familiares para dentro das propriedades, desgostando proprietários neo-rurais.

A segunda categoria são os comerciantes. Por comerciante compreendo morador ou moradora que pratica profissionalmente atos de comércio com intuito de obtenção de lucros. O comércio em Lagoa da Mata é uma atividade em expansão, principalmente, segundo conversas informais como moradores/as, após a ocupação de terras em 2004, devido à vinda de muitos habitantes acostumados à racionalização comercial. Junto com efervescência trazida pelos habitantes de ponta de rural, os gentílicos da zona rural adotaram a atividade como estratégia de renda as dificuldades de reprodução social rural.

Os significantes encontrados em Lagoa da Mata faz com que nos voltemos para a compreensão das ruralidades, não apenas observar os movimentos de preeminência da economia agrícola. Significa ter atenção às ressignificações dadas por atores sociais, muitos dos quais, em situação de limiaridade, não conseguem satisfazer necessidades individuais de pleno emprego, respeito cultural, lazer, informação; e procuram outras atividades laborais para a manutenção de sua reprodução social. Voltar-se aos novos significantes das ruralidades, significa, também, estar atendo às rupturas que o padrão dominante de desenvolvimento traz a partir, por exemplo, da, ainda insuficiente, valorização da agricultura familiar<sup>35</sup>. Além do mais, tornam-se

<sup>33</sup> *Idem*

<sup>34</sup> Marco Antônio Verardi Fialho, “Agricultura familiar, produção orgânica e ‘novos rurais’: um estudo de caso no sul do Brasil”. In: *Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo*, Rio de Janeiro, D&A Editor, 2005, 109-126; y, Gian Mario Giuliani, “Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos”, 1990. Disponível em: [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_14/rbcs14\\_05.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_14/rbcs14_05.htm). Acesso em: 02/02/2010.

<sup>35</sup> Agricultura em pequenas propriedades voltada para produção local e consumo familiar.

necessários novos paradigmas teórico-políticos que promovam, nas abordagens de grupos domésticos rurais, a revalorização da cultura, apreciando as dimensões de gêneros, etnias, gerações, pelas quais se expressam o papel social de jovens, mulheres e velhos.

Sem dúvida, cidade e campo estão cada vez mais agregados aos rumos tecnológicos, em um tempo de intensa urbanização e de ampla difusão de redes de comunicação. Entretanto, podemos discutir a formação de uma nova cidadania rural, pela afirmação de identidades locais. As dualidades que estruturam os conceitos de campo e cidade estão sendo fragmentadas, e teses como o da sobreposição do urbano sobre o rural são destronadas. Como lembra Carneiro,<sup>36</sup> mudam as concepções científicas em seus pressupostos de urbanização do campo como mera extensão da cidade.

A realidade dos diversos rurais, como o de Lagoa da Mata, crescem no ciclo de debates que focaliza o tema das novas configurações, inclusive, de políticas públicas para o meio rural, salientando: políticas de transferência de renda; legislação trabalhista; formas de organização para a produção, inclusive, com cooperativas de diversos produtos (agropecuários, artesanais, etc.); valorização de produtos locais e de identidades culturais. Tudo isto tende a confluir para a perspectiva de Programas de Desenvolvimento Territorial, na esteira de mudanças internacionais, na Europa e na América Latina.

### **Lagoa da Mata: uma multiterritorialidade<sup>37</sup> rural/urbana**

Território é uma construção histórica, a partir das relações de poder que cingem a sociedade e o espaço. A acepção territorial possui tanto uma dimensão subjetiva, na territorialidade de formação dos lugares – por exemplo, como surgiu e se organizou um lugar chamado Lagoa da Mata, considerando-se a perspectiva êmica<sup>38</sup>, pelo qual “a fundação do território implica também uma apropriação que incorpora a dimensão simbólica, identitária, afetiva”<sup>39</sup> – quanto

<sup>36</sup> Maria José Carneiro, (org.), *Ruralidades Contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira*, Rio de Janeiro, Mauad, 2012.

<sup>37</sup> (...) a existência do que é denominando multiterritorialidade, pelo menos no sentido de experimentar vários territórios ao mesmo tempo e de, a partir daí, formular uma territorialização efetivamente múltipla, não é exatamente uma novidade, pelo simples fato de que, se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios. Em certo sentido, teríamos vivido sempre uma “multiterritorialidade”, como ele diz: Rogerio Habesrt (aspas internas no original).

<sup>38</sup> Como diz Maria Dione Carvalho de Moraes, *Memórias de um sertão desencantado: modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos cerrados do Sudoentes piauiense*, Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – UNICAMP, Campinas, 2000, 142: convém lembrar as “representações do espaço (percebido)”, [...] no nível mais pessoal que institucional e como lugar dos discursos espaciais, como lo dice David, *A condição pós-moderna*, São Paulo, Loyola, 1994, 203: também trata do tema dos discursos sobre o espaço com o qual se identifica determinado grupo (território), chamando a atenção para o discurso explícito e o implícito, presentes nas estratégias de legitimação do território.

<sup>39</sup> Como diz Maria Dione Carvalho de Moraes, *op. cit.*, 145-146: “[...] geógrafos e, mais recentemente, também filósofos estão estabelecendo um contraste entre as noções de espaço e de lugar. Espaço aponta para um meio (*medium*) homogêneo, vazio, infinito, no qual corpos se movimentam e interagem no sentido estabelecido pela física newtoniana. Essa noção de espaço está também subjacente ao planejamento que trata a base material da vida social como uma superfície desprovida de características permanentes, e que pode ser apagada [...] e refeita a partir de um plano concebido em pranchetas. Já a noção de lugar, à qual a ideia de território é afim, aponta para uma noção segundo a qual o mundo é finito, heterogêneo, e formado por manchas carregadas de diferenças imprimidas pelas pessoas. Assim, há lugares sagrados, lugares da infância, lugares da memória nacional, lugares que construímos, e que não são substituíveis. Os geógrafos contribuíram para a reabilitação dos enfoques de lugar e território e com a crítica ao planejamento espacial. “[...] essa contribuição, que se incorpora hoje na sociologia e na antropologia, sofreu por sua vez a

uma dimensão objetiva, vista pela ótica dos processos sociais, políticos, econômicos, por exemplo, tendo-se em conta critérios geopolíticos do município de Teresina.

Porém, como é próprio à sociedade moderna, onde práticas sociais são constantemente reexaminadas e reformadas a luz da informação renovada pelas próprias práticas sociais, alterando constantemente as refletividades dos atores sociais sobre si e sobre o outro,<sup>40</sup> Lagoa da Mata não pode ser tomada como um território, apenas em si mesmo. Assim, com base me Milton Santos, convém lembrar as novas concepções de territórios em rede, diversificados entre horizontalidades e verticalidades, e incidindo na formação de distancias entre indivíduo, mas, também, na constituição de vizinhança em uma continuidade territorial de relações recíprocas.

A formação de redes territoriais<sup>41</sup> caracteriza os excessos da superabundância de tecnologia nas relações rurais e urbanas, refletindo-se na percepção do tempo e do espaço dos indivíduos, nas identidades e alteridades. Desta maneira. O território pode referir noção mais ampla das subjetividades, ampliando-as em redes espaciais, e englobando-as em espaços de unidade/descontinuidades nos fluxos de informação que mobilizados entre rural e urbano em integração diária, como em Teresina-PI. Esta perspectiva territorial é uma importante lente teórica que, no confronto com o empírico, demonstrou sua pertinência no processo de conhecer a localidade, relacionar-me com seus e suas habitantes, apreender sentidos da vida cotidiana no trânsito entre Lagoa da Mata e Teresina e confeccionar mapas etnográficos que possam contribuir na compreensão da configuração física da localidade.

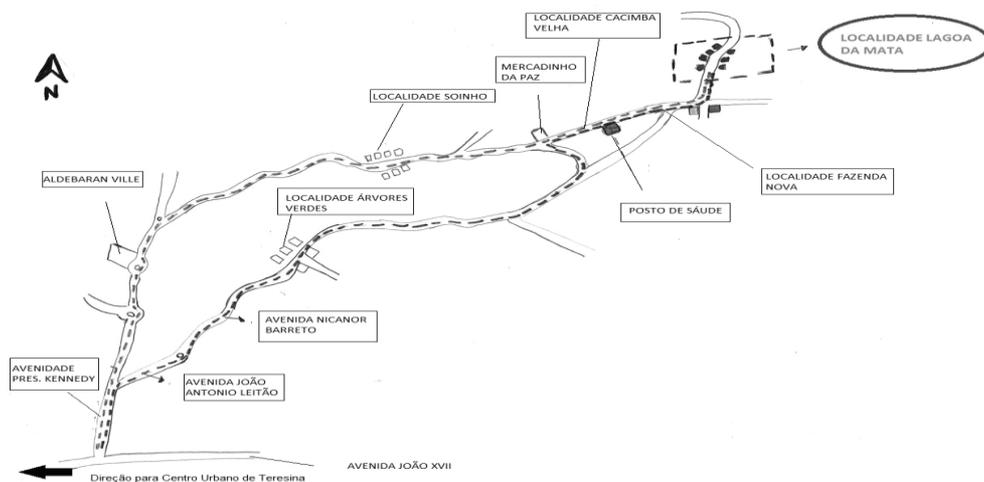
Em observação territorial constitutiva de Lagoa da Mata, apreende-se que há duas formas de se chegar a localidade, partindo da sede de Teresina, um deles o percurso “Soinho”, passando pela localidade rural Soinho; o outro, percurso “Árvores Verdes”, passando pela localidade rural Árvores Verdes etc.<sup>42</sup> (fig. 3).

---

influência de sociólogos (como Lefebvre) e filósofos (como Gaston Bachelard e Merleau-Ponty)”.  
<sup>40</sup> Anthony Giddens, *As consequências da modernidade*, São Paulo, Ed. Unesp, 1991.

<sup>41</sup> Boaventura de Souza Santos, *Introdução a uma ciência pós-moderna*, Rio de Janeiro, Graal, 1989.

<sup>42</sup> Utilizei essa nomenclatura com base nas denominações dadas pela Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito – STRANS às linhas de ônibus que fazem o percurso entre a cidade de Teresina e a localidade Lagoa da Mata.



**Figura 3. Mapa etnográfico dos caminhos que levam a localidade Lagoa da Mata – Teresina/Piauí.**  
 Fonte: Elaborado própria, em abril de 2013.

Nos caminhos observam-se indícios da diversidade de configurações (e de ressignificações) de rural. Percebem-se sinais de aumento de número de moradores/as e, principalmente, a redução de áreas – terrenos sem construção – nas localidades rurais. Há nas localidades a presença de atividades diversas: produção de frangos em granjas, comunidades terapêuticas, depósitos de material de construção, comércios com venda de artigos alimentícios e de bebidas, bares, restaurantes, além de propriedades destinadas a atividades relacionadas a lazer, realização de festas e encontros religiosos. Também pode-se atentar para modificações paisagísticas com casas modernamente construídas, em padrões que se poderiam definir como urbanos. Essas observações/reflexões contribuíram para pensar sobre como compreender o rural teresinense, em especial, Lagoa da Mata.

De certo, rural teresinense é uma categoria polissêmica, e não mais passível de ser designado apenas pelo caráter agrícola, tendo em vista que as espacialidades rurais são palcos de relações e organizações sociais diversificadas. Isso implica estar alerta para não reproduzir representações de rural pela ótica da escassez, da falta, do atraso, do esvaziamento demográfico. Neste contexto, a revalorização do rural, que se observa na atualidade teresinense, não se dá apenas pelo fato de este ser um espaço de produção agrícola e, sim, por ser fonte de ressignificações como portador de bens simbólicos, o que passa a dar vidas a novas dinâmicas políticas, econômicas e sociais para o espaço rural. Essas novas dinâmicas são caracterizadas pelo renascimento rural ou formação de um novo rural, em que os padrões de esvaziamento apontados pela teoria de urbanização completa dos espaços não se concretizou. O que se percebe é um movimento de retorno para as zonas rurais, embora assinalando o declínio de população ocupada com atividades agrícolas.<sup>43</sup>

Com as possibilidades material e simbólica de novos usos para o espaço rural, a noção de território não corresponde às delimitações físicas. A identificação territorial referenda representações e imagens que retroalimentam as relações sociais em territórios-redes. Não é incomum que a constituição dessas localidades como regiões político-administrativas reúna

<sup>43</sup> Carneiro, (org.), *op. cit.*, *Ruralidades Contemporâneas...*

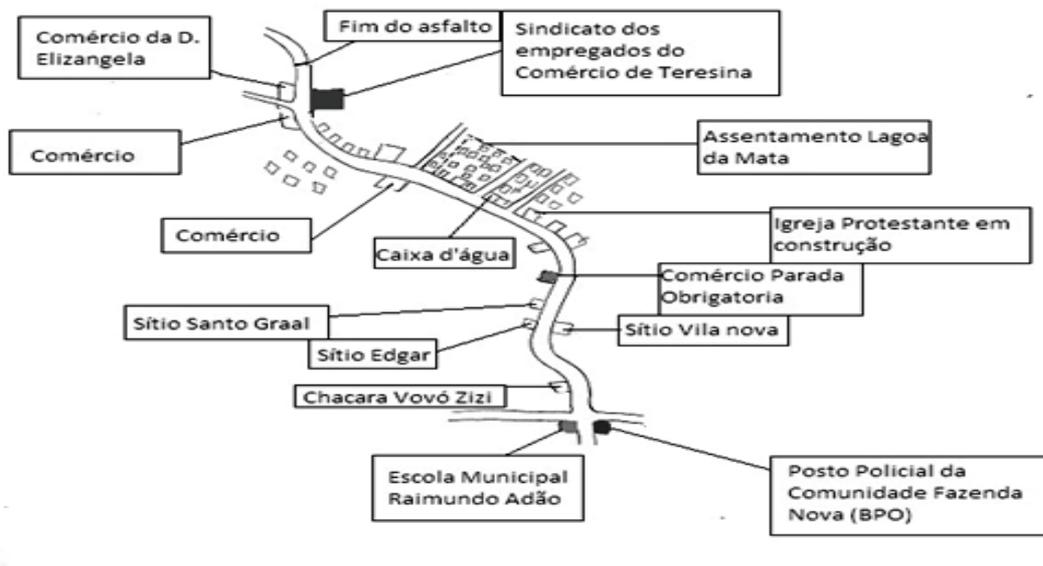
diversos territórios com identidades territoriais diferenciadas, demonstrando que a noção de localidade requer reconhecimento das diversas fronteiras e sociabilidades entre os atores sociais que dividem os mesmos espaços físicos.<sup>44</sup> Nesta direção, a mobilidade existente entre os espaços rurais e urbanos de Teresina tornaram suas fronteiras de delimitação flexíveis, ou seja, o trânsito entre localidades rurais e entre estas e o urbano formam uma interação complexa entre ruralidades e urbanidades (fig. 4).

Assim sendo, Lagoa da Mata é uma localidade rural constituída a partir de diferenciados signos territorial. Utilizando parâmetros empíricos e simbólicos, podemos pensá-la como lugar que se ancora em laços de afetividade endossados por elementos identitários, que representam coesão e sociabilidade entre seus, como também identificação afetiva com simbolismos e equipamentos institucionais fora da comunidade.

De início, delimitava-se o fim da localidade a partir da ocorrência do asfalto, isto é, o fim da localidade era o fim do asfalto. A propósito, a presença de pavimentação asfáltica é elemento importante na configuração desse rural, entre a sede urbana de Teresina e todas as localidades até chegar a Lagoa da Mata. Asfalto é tópico presente nas conversas sobre gestão pública nas localidades rurais. Em época de eleições, são comuns promessas de candidatos a prefeito, a vereador/a, a deputado/a, em relação a este equipamento, como também é comum o tema ser pauta constante em demandas de associações de moradores. Parte da localidade Lagoa da Mata é asfaltada o que, segundo moradores/as, deve-se à presença do Clube dos Comerciantes e ao fato de um senador piauiense e um vereador de Teresina possuir propriedades na região.

---

<sup>44</sup> *Idem*



**Figura 4. Mapa etnográfico da Comunidade Lagoa da Mata - Teresina/Piauí.** Fonte: Elaboração própria em abril de 2013.

Portanto, é possível depreender no discurso dos moradores/as que a existência de equipamento de infraestrutura para as localidades rurais partem de interesses eminentemente políticos, ou seja, sem a presença de autoridades parlamentares ou de clubes para lazer não haveria disponibilidade governamental do equipamento asfáltico para Lagoa da Mata. Tal realidade parte da consideração hegemônica, discursiva e política do rural como espaço escassez, sendo imprescindível ressaltá-la como consequência direta do processo de urbanização brasileira deves marcada pelo declínio socioeconômico do meio rural com o fim dos ciclos econômicos predominantemente rurais até o início do século XX.

Outro ponto significativo dentro da discussão de um rural escasso são as transmissões do já referido projeto de modernidade dentro das comunidades rurais. Essas transmissões se dão nas rupturas das fronteiras espaço-tempo, realizadas pela comunicação televisiva, internet, comércios, criando novas formas de consumo que marcam a resignificação das identidades rurais. Tal processo é caracterizado pelo localismo globalizado dos países centrais, em um expansionismo cultural traduzido em não-lugares, e os globalizamos localizados nos países periféricos, pela desqualificação de tradições locais como na agricultura de aprovisionamento.<sup>45</sup> Ademais, este projeto quando apresentado pelos diversos mecanismos tecnológicos, que também chegaram ao meio rural, impulsionam trocas e desejos individuais e coletivos na busca por projetos futuros e alternativos que dialogam com o rural, paisagem local e com o urbano.

O processo de formação de uma comunidade aponta para necessidades de identificação (inclusive no sentido biológico) que se metamorfoseiam em identidades, no domínio de um espaço, na produção de territorialidades. Há um relacionamento estreito entre a construção simbólica do lugar de pertencimento, a partir da sensação sinestésica da finitude e da

<sup>45</sup> R. J. Moreira, "Cultura, Política e o Mundo Rural na Contemporaneidade", *Estudos, Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, CPDA-UFRRJ, n.º 20, 113-143, abril 2003.

heterogeneidade, dentre indivíduos e espaços, em construção social e política constante. Alguns autores observam que os indivíduos precisam da constituição simbólica do seu lugar por necessidades biológicas e afetivas de sociabilidade. Mas, também desejam a formação de espacialidades difusas para o signo imaginário da liberdade para trânsito em todas as possibilidades culturais que os espaços lhes podem trazer. Em outras palavras, a constituição de espaços diferenciados, em uma mesma comunidade, rural não impossibilita o apinhamento<sup>46</sup>, e a constituição do indivíduo ligado a um lugar<sup>47</sup> simbólico seu.

Nessa constituição de apinhamento, tendo em vista as recentes dinamicidades rurais, moradores/as de Lagoa da Mata, e de localidades próximas, passaram a constituir identificação territorial a partir da rede de serviços de intervenção das Políticas Públicas Municipais, sobretudo aquelas do âmbito da educação formal e da saúde, com base, sobretudo, na presença de equipamentos institucionais. Esses equipamentos públicos voltam-se ao atendimento de moradores/as de Lagoa da Mata e de localidades vizinhas. Quero dizer que, a partir da confecção do mapa de delimitação da localidade, pude perceber como os prédios de instituições públicas passaram a constituir identificação territorial para moradore/as, na delimitação de suas comunidades, e em relação às localidades próximas.

[...] escola, aqui tem. Tem medico, também. Aqui mesmo na Lagoa da Mata não tem não; não tem escola e nem médico. Mas, aqui perto, na Cacimba Velha, tem o Posto de Saúde, lá no Baixão [localidade vizinha]. Aí, a gente vai. Fica mais perto do que ir na rua [Teresina]. (Rita Pereira da Costa, auxiliar de serviços gerais, 36 anos).

Subjacente à valorização desses equipamentos institucionais, tomados como marcadores territoriais, encontra-se o fato de que novas dinâmicas culturais, políticas, econômicas, sociais, produzem inflexões, inclusive, na perspectiva de uma multiterritorialidade, caracterizada, dentre outras determinantes, pelo avanço da presença de novas tecnologias e comunicações, na zona rural de Teresina.<sup>48</sup> Mas, esta multiterritorialidade caracteriza, também, a presença de "territórios sociais"<sup>49</sup> os quais remetem a novas territorialidades culturais, no caso, a moradores/as da zona rural teresinense.

No contato cotidiano multiterritorial rural-urbano, novas vivências de moradores/as de Lagoa da Mata passaram a requerer equipamentos institucionais que lhes garantam possibilidades para novos projetos de vida, como a incorporação de outras ocupações que não majoritariamente a agrícola. E este rural apresenta-se com múltiplos significados para intervenções de políticas públicas, inclusive, como consumidores em um mercado mundial de produtos materiais (mobiliário, peças de vestuário, motocicletas, itens alimentícios, etc.) e simbólicos (modelos, valores, ideias, identidades). A formação de territórios varia por contextos históricos e

<sup>46</sup> Para Yu-Fu Tuan, há o espaço pessoal e a experiência grupal do espaço. Esta experiência grupal, vivida na experiência do outro, é o que fenomenologistas chamam de intersubjetividade, e Tuan (1983) refere como fenômeno do "apinhamento".

<sup>47</sup> "Lugar", conceito espacial que durante longo tempo foi utilizado pelos geógrafos para expressar o sentido locacional de um determinado sítio. Devido a esta definição foi relegado a um plano secundário em relação a outros conceitos espaciais como paisagem, espaço, e território. Hoje, no entanto, "lugar" é considerado conceito fundamental no estudo da geografia [...]. Ver: Werther Holzer, O conceito de lugar na Geografia cultural-humanista: uma contribuição para a Geografia contemporânea. Geografia. Niterói (RJ), Universidade Federal Fluminense, ano V, n.º. 10, 2003, 113-123 (aspas internas, no original).

<sup>48</sup> Rogerio Habesrt Costa, "O mito da desterritorialização e as 'regiões-rede'", *Anais V Congresso Brasileiro de Geografia*, Curitiba, AGB, 2002, 206-214.

<sup>49</sup> Paul E. Little, Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Série Antropologia, n.º 322. Unb/ICS/DAN. Brasília, 2002.

geográficos, perpassando por escalas localizadas e mundializadas da comunicação.<sup>50</sup> Assim, o processo de mundialização atinge territórios como o de Lagoa da Mata, tanto encontrando resistências, quanto e adaptando-se aos costumes políticos e culturais no âmbito local.

No contexto, observa-se a presença dos elementos de um tecido institucional (prédios escolares, posto de saúde, etc.). Podemos observar, em Lagoa da Mata e seu entorno, a definição de limites territoriais com base nas reformulações das relações sociais, políticas, e econômicas, na região, com a convergência de atores sociais culturalmente distintos possibilitando variabilidade de usos do espaço rural. Notei que a ideia de localidade, mesmo de comunidade, tem base em elementos de processos em cursos, como a intervenção de políticas públicas, mesmo que essa presença institucional esteja longe de ser considerada ideal para dar conta das necessidades e demandas políticas das localidades.

Esses novos elementos compõem fluxos rurais-urbanos, que podem classificar Lagoa da Mara como uma “franja rural”,<sup>51</sup> isto é, uma localidade no entorno da cidade com particularidades de rural e urbano em interação. Segundo Carneiro<sup>52</sup> a inferência das urbanidades em comunidades rurais segue um matiz dialético. A valorização das condições da vida no rural está cada vez mais atraindo a população urbana. E comunidades como Lagoa da Mata estão cada vez mais abertas para esse novo público, inclusive, para proteger seu tecido social do esvaziamento demográfico. Em outras palavras, existe uma estratégia de abertura envolvendo a disposição de novos recursos vindos da cidade como possibilidade para a realização de várias atividades com vistas à obtenção de renda e reprodução social, nos planos materiais e simbólicos, como, também, a possibilidade de continuidade dos moradores/as em sua comunidade afetiva (fig. 5).

No tocante a estratégias de abertura, vemos em Lagoa da Mata a disposição de novos recursos simbólicos e matérias urbanas com vistas à possibilidade para a realização de atividades comerciais, obtenção de renda e reprodução social (fig. 5). As disposições matérias de infraestrutura estão em consonância com o Uso e Ocupação do Solo no Município de Teresina, que constituir o que vem a ser perímetro urbano disposto na Lei n.º3. 559/2006 discutida no capítulo II, prevendo pavimentação de via, abastecimento de água, rede de energia elétrica, para distribuição domiciliar (fig. 5). O comércio e a disposição de equipamento de infraestrutura urbana como o asfalto, segundo os moradores/as, também impulsionou novos signos relacionados ao medo e a convivência com ações cotidianas que remetem a violência urbana. A ocorrência de assalto, com vítimas atingidas por arma de fogo, arrombamentos, dentre outros episódios violentos objetivam em um processo, em fase inicial, de obtenção de equipagem de segurança privada em residências e comércios da localidade.

Porém, o comércio e equipamento de infraestrutura, também, possibilitou a continuidade dos moradores/as na localidade pela maior mobilidade em transporte público implicando na diversificação de trabalho e renda. Analisando Lagoa da Mata sob a luz teórica de Hall del año (2003), a interpelação rural-urbana é um processo de mão-dupla. Com as mudanças e fragmentação espaço/tempo, existem elementos de continuidade na relação das pessoas com o lugar, expressando ideários de afetividade como característica intrínseca à zona rural simbolizados em dimensões sociais de acolhida parental - incluindo construção de moradias em

<sup>50</sup> Paul E. Little, Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Série Antropologia*, n.º 322, Unb/ICS/DAN. Brasília, 2002.

<sup>51</sup> Fernando Goulart Rocha; Clécio Azevedo da Silva, *Vieses analíticos no estudo das relações rurais – urbanas*, Rio Grande do Sul, 2009.

<sup>52</sup> Maria José Carneiro (coord), Do “rural” como categoria de pensamento e como categoria analítica. In: *Relatório Final de projeto “Pluralidade e Ruralidades: identidades sociais em construção*. Rio de Janeiro, setembro de 2002, 5-23.

regime de compartilhamento de lotes (fig. 5), pertencimento, costume climáticos e etc. caracterizando justificativa para “não trocar o interior”<sup>53</sup> pela cidade”.



**Figura 5. Imagens fotográficas. Exibem signos que caracterizam a conceituação da localidade Lagoa da Mata com uma franja rural, perpassado pela afetividade de acolhida parental, mobilidade por transporte público e disposição comercial e infraestrutura de áreas urbanizáveis ou em expansão urbana.** Fonte: Elaborado por Lísian Priscilla Oliveira Sousa Nascimento, em abril de 2013.

## Conclusão

Neste artigo, procuramos trabalhar sentidos de rural, urbano, e suas relações, na atualidade, a partir da localidade rural Lagoa da Mata, no município de Teresina, Estado do Piauí. Trata-se de um rural com a particularidade de proximidade a um grande centro urbano, a sede do município de Teresina. Esta particularidade está na origem de novas constituições e formas de sociabilidade rural-urbana, sustentada em uma complexa rede de atores sociais: camponeses/as, pequenos comerciantes, sítiantes neo-rurais, assentados/as, trabalhadores/as urbanos/as, dentre outros.

Assim sendo, podemos observar a emergência de novas identidades sócio-culturais, vislumbradas no âmbito de uma multiterritorialidade, pela disposição de novas estratégias empreendidas por habitantes de um mundo rural, seja voltadas para a renda monetária, para o acesso à educação formal, para novos projetos de vida, para formas de trabalho não-agrícola, sobretudo, por jovens, mulheres e crianças. Isso significa que devemos nos perguntar, enquanto pesquisadores/as, até onde podemos exemplificar a não-expansão das atividades agrícolas como descaracterização do rural?

Podemos constatar, compreender e exemplificar, em consonância com a literatura sobre o tema, que: nem rural é tão-somente agrícola, embora não deixe de, também, sê-lo; nem toda população rural é camponesa; a trajetória camponesa não é linear, mas possui flexibilidade ante processos de modernidade com valores de individualização e racionalidade que, muitas vezes, vão na contramão de modos devida camponeses. Portanto, ressignificações de modos de vida

<sup>53</sup> Sobre sentidos de interior no Piauí, ver Moraes (2007).

na imbricação de elementos da racionalidade urbano-industrial e signos de um *homo moralis* a partir da campesinidade. De fato, moradores/as de Lagoa da Mata, mesmo não estando total e majoritariamente envolvidos com atividades agrícolas, acionam valores, práticas e saberes, assim como relações de reciprocidade vindas de antecedentes, em um processo de memória social camponesa. As trocas simbólicas dão-se no interior de grupos familiares, entre grupos e entre pessoas. Assim, enquanto indivíduos e/ou coletivos, esses atores sociais reconstróem identidades, ressignificam hierarquias, a partir de interpelações diárias no trânsito rural-urbano.

Assim, símbolos constituídos com base em uma ética camponesa<sup>54</sup> e em uma sociabilidade de interconhecimento dão identidade ao lugar, pelo apinhamento cuja base são os grupos familiares como fundamento de uma comunidade. Logo, projetos individuais caracterizados pelas novas estratégias de constituição de renda e trabalho especializado ou não, na urbe e na localidade, cruzam-se e são constituídos como identidade social e cultural do grupo, onde valores materiais e imateriais dão suporte a relações fundamentais para a vida social no lugar.

Por fim, algumas questões conceituais e empíricas apenas resvaladas na escrita do artigo. Mas, também, compreende-se que este trabalho não é capaz de abranger reflexões definitivas sobre o rural teresinense. Portanto, podemos considerar um encetamento para pesquisadores/as interessarem-se e enveredarem-se pela reflexão e pela compreensão das ruralidades, desdobrando temas e aspectos aqui sinalizados, desenvolvendo-os ou apresentando outras interpretações.

---

<sup>54</sup> Klaus Woortmann, "Migração, família e campesinato", *Revista Brasileira de Estudos de População*. Campinas, v. 7, n.º 1, 1990, 35-53.

**Bibliografía**

- Abreu Gonçalves de, Irlane e Iracilde Maria Lima de Moura Fé. 'Igreja do Amparo: o marco zero de Teresina'. *Cadernos de Teresina* 32 (2000): 20-25.
- Carneiro, Maria José (org.). *Ruralidades Contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad, 2012.
- Carneiro, Maria José e Renato Sérgio Maluf. *Para além da produção*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.
- Carneiro, Maria José (coord.). 'Do "rural" como categoria de pensamento e como categoria analítica'. *Pluralidade e ruralidades: identidades sociais em construção*. Rio de Janeiro: N.p., 2002. 5-23.
- Carneiro, Maria José. 'sociabilidade e modernização em uma aldeia Dos Alpes'. *Antropologia Social* 6 (1996b).
- Costa, Rogerio Habesrt. 'O mito da desterritorialização e as "regiões-rede"'. *Anais V Congresso Brasileiro de Geografia*. Curitiba: AGB, 2002.
- Fialho, Marco Antônio Verardi. 'Agricultura familiar, produção orgânica e "novos rurais": Um estudo de caso no sul do Brasil'. *Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo*. 1st ed. Rio de Janeiro: D&A Editor, 2005.
- Giddens, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.
- Giuliani, Gian Mario. 'Neo-ruralismo: O novo estilo dos velhos modelos'. *Anpocs.org.br*. N.p., 1990. Web. 2 Feb. 2010.
- Harvey, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1994.
- Holzer, Werther. 'O conceito de lugar na geografia cultural-humanista: uma contribuição para a geografia contemporânea'. *Geografia* 10/V (2003).
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 'Censo Demográfico 2010: Sinopse'. N.p., 2015, 2012.
- Little, Paul E. 'Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade'. *Série Antropologia* 322 (2002).
- Monsenhor Chaves. *Obra Completa*. Teresina: Monsenhor Chaves, 1998. Print.
- Moraes, Maria Dione Carvalho. 'Ruralidades, cultura, e desenvolvimento, no Brasil: provocações para um debate necessário'. 2014. Apresentação.
- Moraes, Maria Dione Carvalho. 'Ruralidades contemporâneas: qual o lugar da cultura? Uma análise do texto teórico brasileiro'. Versão preliminar. Postdoctorado. N.p., 2013.
- Moraes, Maria Dione Carvalho de e Sérgio Luiz de Oliveira Vilela. 'Trilhas de um debate contemporâneo: ruralidades, campesinato, novo nominalismo'. *Revista FSA* 10.1 (2013).
- Moraes, Maria Dione Carvalho e Lucas Coelho Pereira. "'Fazendo arte": Entre o mercado e a lágrima furtiva (artesanato cerâmico, identidade de gênero, empreendedorismo e economia criativa, entre mulheres ceramistas no Poti Velho, Teresina-PI)'. *ANAIS... IV Reunião Equatorial de Antropologia/ XIII Reunião de Antropólogos do Norte Nordeste*. Universidade Federal do Ceará, 2013a.
- Moraes, Maria Dione Carvalho e T. B. Reis. 'Corpos em transição (campesinato, trabalho assalariado, meio ambiente de trabalho, disciplinamento e resistência, em empresas agropecuárias nos cerrados piauienses)' *5º Encontro da rede de estudos rurais*. 2012. Apresentação.
- Moraes, Maria Dione Carvalho. 'Ruralidades, campesinato, novo nominalismo: trilhas de um debate sobre o "rural" contemporâneo'. *Anais... XXVIII Congresso Internacional da Alas*. Recife-PE: UFPE, 2011. GT05 - Desenvolvimento rural, globalização e crises.
- Moraes, Maria Dione Carvalho e Sergio Luis Vilela. *Relatório de pesquisa SAG-Carnaúba*. Teresina: N.p., 2010. Versión Preliminar.
- Moraes, Maria Dione Carvalho, F. A. Frazão e JR. T. Rogério. 'Andando Pelo Mundo: significados da migração temporária do Piauí para a agroindústria canavieira paulista'. *Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)*. J. R. P. Novaes e F. Alves (orgs.). 1st ed. São Carlos-SP: EDUFScar, 2007.
- Moraes, Maria Dione Carvalho, Ainda queremos ser...tão? Reflexões sobre identidade cultural e imaginário de sertão no Piauí. *O público e o privado*: Revista do PPG em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará – UECE, n.º 7, Janeiro/Junho, 2006.
- Moraes, Maria Diones Carvalho e Sergio Luis Vilela. 'O multifuncionalidade e agricultura camponesa nos cerrados piauienses: desafios para a sustentabilidade'. *Para além da produção. multifuncionalidade e agricultura familiar*. Maria José Carneiro e Renato S. Maluf (orgs.). 1st ed. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.
- Moares, Maria Dione Carvalho e Ferdinand C. Pereira. *Imagens e narrativas do "rural" (sentidos de ruralidades na produção acadêmica da pós-graduação stricto sensu na área de ciências humanas, da UFPI, da década de 1990 A 2010)*. Teresina: N.p., 2000. Projeto De Pesquisa.

- Moraes, Maria Dione Carvalho. 'Memórias de um sertão desencantado: modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos cerrados do sudoeste piauiense'. Doutorado em Ciências Sociais. UNICAMP, 2000.
- Moreira, R. J. 'Cultura, Política E O Mundo Rural Na Contemporaneidade'. *Estudos, Sociedade e Agricultura* 20 (2003).
- Rocha, Fernando Goulart, and Clécio Azevedo da Silva. *Vieses Analíticos No Estudo Das Relações Rurais – Urbanas*. Rio Grande do Sul: N.p., 2009.
- Sahlins, Marshall. 'O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um objeto em vias de extinção. Parte I'. *Mana* 1997.
- Santos, Boaventura de Sousa. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Porto: Edições Afrontamento, 1989.
- Schneider, Sergio. *Agricultura Familiar E Industrialização*. Porto Alegre, RS: Editora da Universidade, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.
- Silva, J. G. *O Novo Rural Brasileiro*. Campinas, São Paulo: Unicamp/I.E. Coleção Pesquisas, 1999.
- Viana, Oliveira. *Populações Meridionais Do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- Vilela, Sergio Luis Oliveira, and Maria Dione Carvalho Moraes. 'Agricultura Urbana E Periurbana (Uma Abordagem Territorial A Partir Da Experiência Do Município De Teresina-PI, Brasil)'. *VI Congresso Internacional Sistemas Agroalimentares Localizados*. 2013. Apresentação.
- Vilela, Sérgio Luiz de Oliveira. *A Importância Das Novas Atividades Agrícolas Ante A Globalização*. Teresina: Embrapa Meio-Norte, 2000a.
- Vilela, Sergio Luis Oliveira. 'O Meio Rural Piauiense Na Virada Do Século: Novos Processos, Novos Atores E Novas Oportunidades'. *O Novo Rural Brasileiro. Uma Análise Estadual – Nordeste*. Vol. 2. C. Campanhola and J. G. Silva (org.). 1st ed. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2000. 45-69.
- Wanderley, Maria de Nazaré Baudel. 'O Mundo Rural Brasileiro: Acesso A Bens E Serviços E Integração Campo-Cidade'. *Estudos Rurais – sociedade e agricultura* 2015.
- Wanderley, Maria de Nazaré Baudel. 'Agricultura Familiar E Campesinato: Rupturas E Continuidade'. Texto Preparado Para A Aula Inaugural Do Primeiro Semestre De CPDA/UFRRJ. 2015. Lecture.
- Klaus, Woortmann. 'Migração, Família E Campesinato'. *Revista Brasileira de Estudos de População* 2015.